Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA)
rohessel@gmail.com

Piora de cenário

As projeções macroeconômicas do mercado coletadas pelo Banco Central e divulgadas, ontem, no boletim semanal Focus indicam inflação para 2027 acima do teto da meta, de 4,50%, e desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,76%, neste ano para 1,20%, em 2027. A mediana das expectativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 4,34% para 4,76%. E a mediana das expectativas para a taxa Selic subiram em todos os anos. Para 2026, aumentou de 13,25% para 13,50% anuais; para 2027, de 11,75% para 12%; para 2028, de 10% para 11%; e para 2029, de 10% para 10,25%. Enquanto isso, o número de inadimplência diante dos juros altos bate novo recorde, de 84,2 milhões de pessoas, segundo a Serasa Experian. Já a mediana para o resultado primário piorou também em todos os anos das projeções do Focus. Para 2026, passou de -0,48% do Produto Interno Bruto (PIB) para -0,49% do PIB, e, para 2027, passou de -0,30% do PIB para -0,40% do PIB.

MP aciona TCU e cita esta coluna

Diante do forte aumento de gastos do governo às vésperas da eleição, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) acionou a Corte de Contas para adotar medidas de avaliação e acompanhamento da política fiscal brasileira a fim de garantir o equilíbrio fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Considerando que o crescimento do gasto e do endividamento público ocorrido nos últimos anos não for devidamente tratado no próximo governo, prevê-se a perpetuação/majoração de efeitos econômicos nefastos à população e a manutenção da política de juros elevados pelo Banco Central", pontuou o procurador-geral Lucas Furtado, na representação protocolada, ontem, citando esta coluna publicada no último dia 30 no **Correio**. "É preciso 'olhar com lupa os dados das contas públicas e agir rápido na escolha do futuro ministro da Fazenda'", escreveu Furtado. Ele também defendeu "a necessidade de ajuste fiscal relevante para estabilizar o endividamento público".

Copom sob pressão de todos os lados



Enquanto o Senado Federal apreciava a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, aprovada em dois turnos, ontem, um pouco mais longe da Esplanada dos Ministérios, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, deu início à penúltima reunião do ano, primeira após os resultados das eleições de 25 de outubro, ontem, sob clima tenso. Apesar de o ministro da Fazenda, Dario Durigan, insistir na defesa de um ajuste fiscal "gradual", ele segue não convencendo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantém o suspense sobre o nome para comandar a Fazenda, e governistas pregam corte de juros sem uma proposta crível de ajuste fiscal para contornar o mau humor do mercado — que piorou drasticamente as estimativas macroeconômicas. As projeções para inflação e juros futuros estão desancoradas e, agora, não há perspectiva de o governo conseguir zerar o rombo fiscal em 2028, conforme o boletim Focus, do próprio BC, divulgado ontem, prevendo deficits sucessivos nas contas públicas, pelo menos, até 2029. "As projeções no modelo do BC devem piorar bastante", disse Luis Leal, economista-chefe da G5 Partners. Ele prevê manutenção da Selic em 13,75% ao ano.

E, em paralelo à reunião do Copom, o debate em torno do artigo do economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, continuou repercutindo nas redes sociais, acendendo o alerta sobre o problema da desindexação da dívida pública proposto por ele para permitir uma redução dos juros. Segundo a economista Monica de Bolle, pesquisadora senior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), a proposta de Lara Resende "é um bom começo para o diagnóstico do problema", tanto da indexação quanto da inércia inflacionária na economia e na dívida pública. "A proposta do André é um bom caminho, mas é preciso tratar o diagnóstico e construir soluções que não precisam ser as citadas por ele, porque há exemplos de vários países que permitem uma reestruturação da dívida pública sem que haja calote, apenas mudando a composição", explicou a economista à coluna. Ela participou de renegociações de dívidas de países latino-americanos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A pedra no sapato de Davi e Marinho

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP) tenta pavimentar o caminho para a reeleição em fevereiro de 2027, quando o Congresso Nacional terá maioria dos assentos ocupados por partidos da oposição. E nesse caminho, surgiu uma pedra grande no sapato, a senadora e líder do PP, Tereza Cristina (MS), que reafirmou a intenção de disputar a presidência do Senado, e já vem dialogando com Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição, que também tem intenção de entrar na disputa. Na avaliação do cientista político Arilton Freres, CEO da Indexa, ainda há muito tempo para negociações até a eleição da presidência do Senado e do Congresso, mas o governo vai tentar agir para salvar a candidatura de Davi. "Mas não será fácil", alertou, em entrevista à coluna. Para ele, o maior prejudicado com o lançamento da candidatura da ex-ministra da Agricultura será Rogério Marinho. "Ela sinaliza para uma ampliação. Sai de dentro da mesma federação partidária que o Davi Alcolumbre e é muito competitiva. Marinho já vinha de um desgaste grande desde a fuga do Flávio e deve ver sua candidatura sepultada muito em breve", avaliou Freres.

Paim, o otimista

Após comemorar o resultado das eleições, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo interessante aos colegas da política durante pronunciamento, ontem, na sessão plenária do Senado Federal, com a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública na pauta, defendendo o diálogo e a democracia. "Aprendi uma coisa: a política não se faz com ódio nem com radicalismo, sectarismo; A política se faz com diálogo, respeito e capacidade de ouvir, inclusive quem pensa diferente", destacou. "Eu sei que fazer oposição é legítimo, como é também quem está na situação, e é necessário, porque assim se escreve a democracia. A democracia precisa de oposição, precisa de fiscalização, precisa de críticas e de cobranças, mas tem que ter também uma base sólida de quem elegeu o Presidente da República."

CB.PODER

Nova ponte de Minas ao Planalto

Presidente da Associação Mineira de Municípios projeta bom relacionamento entre estado e governo federal a partir de 2027

» CAETANO YAMAMOTO*

A relação entre Minas Gerais e o Palácio do Planalto tende a mudar a partir de 2027. É o que projeta Lucas Vieira, presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Iguatama, em entrevista aos jornalistas Mila Ferreira e Lucas Móbile, na edição de ontem do *CB.Poder* — uma parceria entre **Correio** e TV Brasília. Integrante do gabinete de transição do governador eleito Cleitinho Azevedo (Republicanos), ele acredita que o diálogo insititucional se dará de forma madura e sem ressentimentos, ao contrário do que foi a gestão de Romeu Zema (Novo).

"Cleitinho esteve na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi vereador e atuou também como senador no Congresso Nacional. Portanto, ele conhece a importância de construir pontes para garantir a governabilidade em Minas Gerais", frisou.

Para Lucas, o fato de o governador eleito ter feito campanha para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que fugiu para os Estados Unidos, não significa que o diálogo com o governo federal esteja automaticamente interditado. Mas porque, o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva deu uma arrancada em Minas do primeiro para o segundo turno e conseguiu uma grande votação no estado, determinante para a virada sobre o filho 01 de Jair Bolsonaro — o petista obteve 50,43% dos votos.

"Tivemos casos anteriores em que Romeu Zema não esteve presente em diversas agendas do presidente Lula em Minas Gerais. Quando o presidente da República vai ao nosso estado, é uma oportunidade única para apresentar demandas e construir políticas públicas efetivas", criticou. O ex-governador, ao longo de toda sua gestão, criticou o governo federal e levou essa mesma postura para a corrida presidencial, que fechou em sexto lugar.

Lucas observa que, pela primeira vez na história de Minas, a AMM foi convidada a representar as cidades na transição de governo. "É importante mencionar que a AMM continua sendo uma instituição representativa dos municípios e estritamente apartidária. Eu me posicionei pessoalmente, por convicções políticas minhas, a favor do presidente Lula no segundo turno, porque acreditei que era a melhor opção para o Brasil naquele momento. Quero ajudar no que for preciso", afirmou.

Ele reconhece que a atuação do deputado André Janones (Rede-MG), com a mobilização nas redes sociais, foi um fator predominante para a virada de Lula no estado. "Em Iguatama, o presidente Lula havia perdido no primeiro turno. No segundo, realizamos um trabalho intenso, conseguimos virar a votação e abrir uma ampla margem de vantagem (sobre Flávio). Não podemos permitir que disputas partidárias interfiram nas entregas que precisam chegar aos cidadãos", frisou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



> **Tivemos casos anteriores em que Romeu Zema não esteve presente em diversas agendas do presidente Lula em Minas Gerais. Quando o presidente da República vai ao nosso estado, é uma oportunidade única para apresentar demandas e construir políticas públicas efetivas"**
>
> ***Lucas Vieira,*** *presidente da Associação Mineira de Municípios*

A AMM defende o aumento de 1% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Lucas explica que os municípios pequenos sobrevivem primordialmente dos repasses do FPM e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele observa que a base de cálculo do fundo inclui a arrecadação do Imposto de Renda, mas, com a ampliação da faixa de isenção do IR para R$ 5 mil, isso impactou a arrecadação.

"Minas Gerais possui 853 município e mais de 70% deles têm menos de 10 mil habitantes. Por isso, a criação do adicional de 1% no FPM visa compensar essa perda de receita. Estamos articulando essa PEC na Câmara dos Deputados e no Senado para viabilizar a aprovação e conferir alívio financeiro às prefeituras, que enfrentam aumento constante de despesas e queda de receitas."

*** Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

PRESIDÊNCIA DO SENADO

PL e PP mantêm candidaturas

» RAFAELA BOMFIM

A líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS), e o líder da oposição, Rogério Marinho, reafirmaram, ontem, que vão disputar a Presidência da Casa em 2027. Eles tentam construir um arranjo em que um não prejudique a postulação do outro, apesar de que, na divisão da direita bolsonarista, quem pode se beneficiar é o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) — que busca a reeleição com o apoio do Palácio do Planalto, mas pretende avançar sobre a oposição acenando com promessas como votar a anistia aos condenados do 8 de Janeiro.

Tereza afirmou estar em diálogo com Marinho, que defendeu o voto aberto no pleito. A ideia é pressionar os senadores, sobretudo os eleitos em outubro com o apoio do bolsonarismo, a fechar com um ou outro candidato da direita. Isso também seria uma forma de evitar traições que favorecessem Alcolumbre.

Por conta disso, o PL deve debater, hoje, a votação aberta. Atualmente, a escolha é feita a partir do voto secreto. O partido defende a abertura das posições com o peso de que será a maior bancada da Casa a partir da próxima legislatura.

Segundo Tereza, está no radar a costura de um acordo com o senador do PL. Uma das possibilidades é, caso cheguem ao comando da Casa, fazerem um rodízio: um presidiria a partir de 2027, mas apoiaria a candidatura do outro em 2029.

"Estamos (discutindo) um acordo entre nós, mas não seremos candidatos um contra o outro", garantiu o ex-coordenador da campanha presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

"Rogério e eu conversamos muito, até por sermos do mesmo campo. Minha candidatura está mantida e a dele também. Vamos ver mais para frente. Quero ser a primeira mulher presidente do Senado", disse Tereza.